



Para mais informações contactar:

Gabinete de Comunicação

T: +351 217945103/05/06 | E: gc@tcontas.pt

AUDITORIA AOS ACORDOS OU PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A RAM E ASSOCIAÇÕES PRIVADAS NAS ÁREAS DO APOIO A IDOSOS E SAÚDE

A Rede de Cuidados Continuados Integrados na Região Autónoma da Madeira (RAM) foi criada em 2018 e a sua implementação e coordenação incumpriu a lei e revelou-se ineficaz, em contexto de informalidade e falta de controlo, com indiciada negligência grave e excessiva e inexplicada dependência de uma associação privada sem fins lucrativos.

Estas são as principais conclusões do relatório de Auditoria aos acordos de cooperação, com financiamento público, entre a RAM e associações privadas nas áreas do apoio a idosos e da saúde durante os anos de 2019 a 2021, que o Tribunal de Contas (TdC) acaba de publicar.

O relatório refere que a proliferação e a sucessão de órgãos públicos de coordenação da Rede, entre 2017 e 2022, aliada tanto à falta de capacidade dos serviços públicos de saúde e da segurança social, como a uma informalidade incompreensível, conduziram a um exercício muito deficiente e ineficaz das competências da Rede.

A auditoria detetou também a inoperacionalidade da Equipa de Coordenação Regional da Rede, que levou a que algumas das suas competências fossem exercidas pelas Equipas de Coordenação Local; a inexistência de um sistema de informação integrado da Rede; e uma insuficiente fiscalização e controlo dos cuidados financiados com dinheiros públicos.

O relatório revela ainda que muitas das normas que regem a Rede, incluindo a parte respeitante à fixação dos custos das diárias de internamento, foram influenciadas por uma comissão técnica *ad hoc* criada pelo Governo Regional, da qual fazia parte um advogado ligado à maior instituição particular de solidariedade social da Região (Associação Atalaia Living Care). Deste modo, esta instituição beneficiou objetivamente da decisão de financiamento público com base na intervenção do referido jurista na comissão.

Entre 2019 e 2021, foram celebrados 11 contratos-programa envolvendo um total de 36,1 milhões de euros, dos quais 60,3% (21,8 milhões) foram contratualizados com a referida Associação.

No período em análise, os incumprimentos contratuais e da lei verificados conduziram, relativamente a cuidados de saúde, ao pagamento ilegal de pelo menos 3 milhões de euros, à custa do orçamento regional de saúde e de, pelo menos, 1,8 milhões de euros à custa dos dinheiros da segurança social.

A Secção Regional da Madeira do TdC concluiu que a factualidade apresenta fortes indícios de responsabilidades financeiras e fez um conjunto de recomendações à Direção-Geral para as Políticas Públicas Integradas e Longevidade e à Direção Regional de Saúde; ao Instituto de Segurança Social da Madeira e ao Instituto de Administração da Saúde; aos secretários regionais da Inclusão, da Saúde e



das Finanças; e à Equipa de Coordenação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados e às duas Equipas de Coordenação Local da Rede.

Aceda [aqui](#) ao Relatório de Auditoria.